

Inovação: instituição pública que perder pessoal de pesquisa para empresa deve ser recompensada

O presidente da SBPC, Ennio Candotti, expôs as preocupações da entidade com relação ao projeto de Lei de Inovação, que tramita na Câmara dos Deputados. Falando perante a Comissão Especial da Câmara que estuda a matéria, Candotti disse haver "amplo consenso sobre a necessidade de investir criteriosamente recursos públicos em empresas empenhadas em levar

a efeito projetos de desenvolvimento tecnológico e inovador", mas ressaltou a necessidade de cuidados para evitar desvios negativos. Neste sentido, ele se manifestou contra a criação de uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial pelo Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, que viria multiplicar órgãos e instrumentos regulatórios. (Leia tudo na p. 4)

Comunidades científicas do Brasil e Argentina terão reunião este ano

A SBPC promoveu em 23 de junho, na sua sede, em SP, encontro com Alberto Baldi, presidente da Asociación Argentina para el Progreso de la Ciencia, e Aníbal Gatone, da Asociación Ciencia Hoy, para preparar a reunião de 5 de novembro, em Buenos Aires, entre as comunidades científicas dos dois países.

Chegou-se a dois formatos possíveis para a reunião de novembro: um modelo mais modesto, com três eventos simultâneos; e outro, mais ambicioso, com dez eventos simultâneos.

O objetivo é elaborar um plano para intensificar a cooperação entre as comunidades científicas dos dois países, com vistas à criação, em perspectiva, de um sistema que abranja toda a América Latina.

Estarão em pauta temas centrais da ciência hoje no mundo, no continente e nos dois países, além das questões de fomento

ao desenvolvimento da pesquisa em C&T, em especial, a formação de recursos humanos altamente qualificados.

Pela SBPC, participaram da reunião o presidente Ennio Candotti e a vice-presidente Dora Fix Ventura, bem como os convidados especiais Etelvino Bechara, químico da USP, e Tulo Vigevani, pesquisador de Relações Internacionais ligado ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

A decisão sobre o modelo de reunião a ser adotado de comum acordo deve sair em breve.



Investir na ciência fundamental

Glaci Zancan, ex-presidente da SBPC

Há que manter a pesquisa nas Universidades com recursos à altura da demanda qualificada dos editais universais do CNPq.

Nos últimos 15 anos, a luta tem sido sempre a mesma, buscar recursos para financiar a pesquisa fundamental. Com os investimentos feitos nos anos 70, inicialmente pelo BNDE/Funtec e depois pelo FNDCT, foi montado e consolidado um parque de formação de recursos humanos que abrange todas as áreas do conhecimento. O PADCT foi planejado para estimular a pesquisa aplicada, diminuindo em muito os recursos do FNDCT. Mas, graças a ele pode-se manter os centros de pós-graduação e ainda ampliá-los em certas áreas. O Governo FHC criou o Pronex para apoiar a pesquisa básica; 206 grupos foram financiados. No entanto, os valores prometidos nunca foram alcançados. Já os recursos de fomento do CNPq seguiram insignificantes face à crescente demanda decorrente dos egressos do sistema de pós-graduação.

A constatação de que a produção científica brasileira cresceu 60% acima da média mundial levou o Governo FHC a crer que se havia alcançado um patamar científico suficiente para

suportar o crescimento industrial. A inovação passou a ser a bola da vez. Criaram-se os fundos setoriais para estimular as cadeias de conhecimento neles envolvidos.

Valeria a pena se debruçar sobre os índices de crescimento da produção científica nacional e compará-los com os dos países asiáticos. A China é hoje o país de maior produtividade, seguida da Coreia do Sul. Enquanto isso, o nosso ritmo decresceu.

Nada contra estimular a inovação, mas é preciso ter uma política mais abrangente.

As grandes inovações surgem de onde não se espera, mas certamente será do ambiente criativo da academia que elas brotarão. Dos pedidos de patentes registrados no USPTO, 50% são calçados em trabalhos publicados pela academia.

Mas, inovação incremental que gera recursos é feita basicamente nas fábricas. Por outro lado, os investimentos maciços em P&D nem sempre dão os resultados esperados.

(Continua na página 2)

Assembléias da SBPC

Convocação aos Sócios

Em nome do Presidente ENNIO CANDOTTI, convoco os sócios quites da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para duas Assembléias Gerais a serem realizadas no dia 21 de julho de 2004, quarta-feira, com início às 18:00h, no Teatro da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, por ocasião da 56ª Reunião Anual.

A primeira Assembléia Geral será Extraordinária e deverá apreciar exclusivamente a proposta de alteração do Estatuto da SBPC para adequação de seu texto às determinações do Novo Código Civil.

A segunda será a Assembléia Geral Ordinária, com a seguinte Pauta:

1. Comunicações da Diretoria; 2. Comunicações dos Sócios; 3. Discussão e aprovação da Ata da Assembléia Geral de 2003; 4. Relatório Anual da Diretoria; 5. Balanço Financeiro Anual; 6. Posse dos novos Secretários Regionais e Seccionais; 7. Propostas e Moções.

Informações adicionais poderão ser prestadas pela Secretária-Geral: Fone: 11.3259-2766, Fax: 3106.1002, E-mail: <diretoria@sbpcnet.org.br>.

São Paulo, 28 de junho de 2004.

Regina Pekelmann Markus, Secretária Geral da SBPC

Belém: 7ª Reunião Regional da SBPC

A SBPC realiza sua 7ª Reunião Regional para professores de 1º e 2º grau no campus da Universidade Federal do Pará, em Belém, de 25 a 28 de agosto. A Prefeitura de Belém já prometeu inscrever mil professores.

O evento, como de praxe, inclui oficinas, mesas-redondas, conferências e exposições — tudo para melhorar a qualificação dos professores do ensino fundamental e médio, e discutir a educação.

Pesquisadores de inúmeras Universidades brasileiras estarão em Belém para conduzir as atividades preparadas especialmente para os professores.

As inscrições para a Reunião de Belém já podem ser feitas no site <www.sbpnet.org.br/eventos/rr> e custam de R\$ 10,00 a 30,00. A Secretaria de Educação de Belém assumirá o pagamento das inscrições de mil professores, que também serão liberados das aulas para participar do esperado encontro.

Reuniões Regionais já foram realizadas em Campina Grande (PB), Fortaleza, Recife, São Luís, Teresina, Porto Alegre, Santa Maria e Canoas (RS).

A 8ª Reunião Regional da SBPC será realizada em Manaus, de 22 a 25 de setembro.

Mais informações pelo e-mail <reuniaoaregional@sbpcnet.org.br>; no site <www.sbpnet.org.br/eventos/rr>; Fone: (11) 3151-6289. (Fabiana Dias)

Investir na pesquisa fundamental

(Continuação da 1ª página)

Há pouco, a *Science* publicou dados que espelham isso com precisão. O número de novas drogas disponíveis para ensaios clínicos cresce lentamente, apesar dos bilhões de dólares investidos nos últimos 13 anos pela indústria farmacêutica.

Neste momento, o Governo discute internamente o orçamento de 2005. É hora de alertar que não adianta vestir um santo e desvestir outro. É preciso manter a rede de pesquisa do sistema universitário com recursos financeiros compatíveis com a demanda qualificada dos editais universais do CNPq.

Não dá para acreditar que os fundos setoriais possam ser a única solução. Eles estão voltados para a inovação, exceto o Fundo de Infra-estrutura. E serão importantes quando funcionarem adequadamente. Não dá para esperar que os centros produtivos em ciência possam vir a se manter com recursos de par-

Bahia instala Conselho de C&T

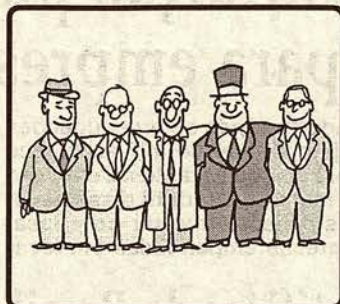
Instalado em 16 de junho, o Conselho de C&T da Bahia (Concitech) é presidido pelo governador do estado e integrado por membros da comunidade científica, do setor produtivo e do governo.

Como primeira medida, o novo órgão discutiu e aprovou por unanimidade a política de CT&I da Bahia, exposta pelo secretário de CT&I, Rafael Lucchesi, que estabelece as prioridades para que o setor assuma papel estratégico no esforço de desenvolvimento sustentável.

O governo baiano reconhece a necessidade de sistematização na área de C&T para que o desenvolvimento do estado possa ser sustentável. Exemplo seria o setor agrícola, onde há demanda pela redução de agrotóxicos em função da exigência da população por alimentos mais seguros e confiáveis.

O governador Paulo Souto afirmou que o Conselho é um fórum "extremamente qualificado para questões de C&T e Inovação", pois reúne membros da mais alta qualidade técnica capazes de "oferecer significativas contribuições ao estado".

São membros do Concitech os secretários estaduais da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar; da Fazenda, Albérico Mascarenhas; da Agricultura, Pedro Barbosa de Deus; do Planejamento, Armando Avena, o reitor da UFBA, Naomar Almeida, a presidente do Fórum das Universidades Estaduais, Ivete Sacramento, além de outros representantes do meio acadêmico e empresarial, como Jorge Lins Freire, presidente da Federação



da Indústria da Bahia (Fieb) e o empresário José de Freitas Mascarenhas.

"A Bahia tem várias potencialidades que precisam ser trabalhadas. É importante que o conselho tenha representantes da academia e de outros órgãos possibilitando uma articulação fundamental para alavancagem da economia baiana", comentou o secretário Otto Alencar.

A política de C&T da Bahia divide-se em quatro eixos temáticos, que objetivam o fortalecimento empresarial, a promoção da competitividade da base produtiva, a P&D tecnológica para áreas sociais e ambiental, além da consolidação do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Outros projetos especiais e estratégicos também mereceram destaque, como a criação de um Parque Tecnológico e a inclusão digital.

A C&T na Bahia ganhou impulso com a criação da Fapesb, em 2001. A seguir, foi criada a Secretaria de CT&I (Secti), em 2003, e sua institucionalização definitiva, em 2004.

Entre as competências do Concitech, estão a formulação dos objetivos da política do setor e a fiscalização de sua implementação. Também é seu papel apreciar e indicar planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento do setor no estado, e criar os mecanismos necessários à mobilização dos recursos destinados à capacitação tecnológica, à transferência de tecnologia e sua absorção pelas empresas estaduais, entre outras competências.

O Concitech foi criado pela Lei nº 6.074, de 22/05/91, e alterado pela Lei nº 8.897, de 17/12/2003, estando vinculado à Secretaria de CT&I. (Dados da Assessoria de Comunicação da Secti/BA)

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Conselho Editorial: Caetano Ernesto Pereira de Araujo, Crodowaldo Pavan, Ennio Candotti, Fernando Claudio Zawislak, Reinaldo Guimarães, Roberto Romano e José Monserrat Filho (coordenador)

Editor: José Monserrat Filho

Equipe de Redação: Carla Almeida, Luís Henrique Amorim e Daniela Oliveira

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Gerente: Yedda M. Marcanth

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-4846. Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail: <ciencia@alternex.com.br>

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

SEJA NOSSO ASSINANTE

Jornal da Ciência

24 números: R\$ 75,00 ou grátis para sócios quites. Fone: (21) 2295-5284.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 80,00 ou R\$ 64,00 para sócios quites. Fone: 0800-26-4846.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 56,00 ou R\$ 44,80 para sócios quites. Fone: 0800-26-4846.

Ciência e Cultura

Vendas e assinaturas. Fone: (11) 6099-9421 / 6099-9626.

Seja sócio da SBPC - Peça

proposta à SBPC Nacional, à rua Maria Antonia, 294/4º andar, CEP 01222-010, São Paulo, SP. Fone: (11) 3259-2766.

Anuidade normal:

- R\$ 150: profissionais diversos;
- R\$ 110: professor universitário;
- R\$ 80: sócio de sociedades associadas à SBPC;
- R\$ 70: professor de ensino médio e fundamental;
- R\$ 70: pós-graduando;
- R\$ 45: estudantes de graduação.

Receba o JC e-mail

Edições diárias. Inscreva-se no site <www.sbpnet.org.br>. Entre na área JC e-mail e escreva seu nome e e-mail nos campos apropriados.

Conheça Com Ciência

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da SBPC - Labjor. Visite o site: <www.comciencia.br>

Atenção, bolsista da Capes

Mudando de endereço, informe a Capes para receber seu jornal.

SÓCIO DA SBPC:

Comunique sua mudança de endereço pelo e-mail <tereza.maria@sbpcnet.org.br>

Lançada programação da Reunião Anual da SBPC em Cuiabá: são mais de 200 atividades

A programação científica da 56ª Reunião Anual da SBPC foi lançada, em Cuiabá, no dia 23 de junho, pelo vice-reitor da UFMT, José Eduardo de Aguiar, e pela pró-reitora de Pós-Graduação, Marinêz Isaacs Marques, vice-coordenadora local do evento. O encontro, a realizar-se de 18 a 23 de julho, na UFMT, terá 62 conferências, 98 simpósios, 51 minicursos, 11 encontros e sete assembléias.

O tema central é "Ciência na Fronteira: ética e desenvolvimento" e as atividades estão divididas em cinco grandes ciclos temáticos: "Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil", "Pantanal e o Desenvolvimento Regional", "Diversidade Socio-cultural e o Estado Nacional", "Ciência na Fronteira" e "Universidade Brasileira".

Tarso e Eduardo - Os ministros da Educação, Tarso Genro, e da C&T, Eduardo Campos, já confirmaram presença na solenidade de abertura da reunião.

Tarso Genro falará sobre a "A Reforma universitária" e Eduardo Campos sobre o "Desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil" e sobre o "Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT)".

Além dos ministros, muitos membros destacados da comunidade científica devem comparecer. Muitos deles já têm atividades agendadas no evento.



nidade científica devem comparecer. Muitos deles já têm atividades agendadas no evento.

Estímulo à UFMT - "Sem dúvida, os olhos do Brasil estarão voltados para Mato Grosso", garante Marinêz Marques, avaliando que o magno evento científico — o maior da América Latina — no campus da UFMT é de grande importância para a Universidade no contexto regional e nacional.

Para Aguiar, o vice-reitor da UFMT, a instituição certamente será notícia em todos os cadernos científicos do país e na imprensa brasileira e internacional. Ele assegura que a realização da Reunião Anual da SBPC em Cuiabá representa um grande estímulo à Universidade Federal de Mato Grosso.

"Nos últimos quatro anos conseguimos quadruplicar o número de pesquisas. E isso compro-

va que estamos trilhando um caminho positivo", sublinha.

Em busca de novo recorde - Os organizadores do encontro pretendem bater, em Cuiabá, o recorde de público das Reuniões Anuais da SBPC. O ranking é liderado, atualmente, pela 55ª Reunião, realizada em 2003, em Recife, com 14.729 inscritos. O segundo lugar é ocupado pela Reunião de São Luís, de 95, com 13.727 participantes registrados.

Este ano, estão sendo esperadas, nos seis dias de evento, cerca de 20 mil pessoas, entre pesquisadores, professores e estudantes do ensino superior, médio, fundamental e técnico, e público em geral. É a primeira vez que uma Reunião Anual da SBPC ocorre em Mato Grosso.

Além de professores, servidores e estudantes da UFMT, o lançamento da programação da 56ª SBPC teve a participação de representantes de faculdades e colégios privados da Capital e do governo de Mato Grosso.

Para a secretária-adjunta de C&T do Mato Grosso, Jackeyline Mapurunga, a Reunião Anual da SBPC possibilitará, além de conferências e debates sobre os mais recentes avanços científicos e tecnológicos, a inclusão social da população. "Mais uma vez Mato Grosso sairá ganhando", conclui. (Com informações da Pau e Prosa Comunicação)

Poucas & Boas

Palavras que não se calam:

"É urgente, a fim de salvar nossa Universidade pública, unir esforços no combate ao desinteresse persistente da área econômica, manifestado ao longo de vários governos sucessivos, à alienação da empresa e da sociedade, e ao predomínio de vantagens corporativas, desvinculadas do mérito e dos valores acadêmicos. Por isso propomos: Reforma já. Baseada em valores acadêmicos, em mérito, em liberdade acadêmica, em ensino capaz de formar lideranças intelectuais, em pesquisa de excelência, em interação da Universidade com a sociedade."

Manifesto de Angra, de 30 de maio de 1998, assinado por 26 pesquisadores após reunião de dois dias promovida pela Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea) da UFRJ.

Marilena Chauí, ao tomar posse no Conselho Nacional de Educação do MEC (15/6): "Vim para lutar pela Universidade pública, republicana, democrática e gratuita."

Quantos membros do Conselho pensam como ela?

Continho para rir e/ou chorar:

Leu o edital da agência de fomento para apoio à pesquisa em ciências sociais: até R\$ 20 mil para cada projeto aprovado. Gostou. Elaborou um projeto. Calculou tudo direitinho. Deu pouco mais de R\$ 17 mil. Otimista, enviou o projeto. Que foi aprovado. Maravilha. Só que com apenas R\$ 3 mil e uns trocados.

Leu e releu a justificativa do corte. Não se conteve. Urrou e berrou. Mordeu o papel. Depois acalmou-se. Sentou e escreveu uma cartinha. Desistiu do projeto.

Pensou: "Se aceito a merreca, entro no joguinho safado do faz de conta: vocês fazem de conta que apóiam a pesquisa, eu faço de conta que pesquiso. De jeito nenhum. Prefiro não fazer nada. É mais honesto."

É foi ao cinema ver um filme que não sai de cartaz: "Que país é esse?!"

O privado que é público:

"Preservar nossos grandes grupos de comunicação corresponde aos interesses nacionais. Só que devemos fazer isso sem que se repita a cumplicidade deletéria que historicamente vem se estabelecendo entre meios de comunicação e elites políticas no poder. Vulgarizando a dimensão do coletivo. É preciso que o Governo apóie esses grupos, ao mesmo tempo fazendo com que esse apoio esteja a serviço não de seus controladores, mas do interesse coletivo."

José Paulo Cavalcanti Filho, presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, onde ele representa a Sociedade Civil, em "O poder do camaleão", apresentação do volume com os debates sobre a "Concentração da mídia", que acaba de ser editado pelo Senado.

Projeto Memória da SBPC já está sendo elaborado

O projeto vai levantar, catalogar, estudar toda a documentação registrada sobre a trajetória e as realizações da SBPC em mais de 55 anos de atividades ininterruptas em defesa da pesquisa, da educação e da divulgação científica no Brasil.

O projeto "Memória da SBPC" promoverá ampla consulta aos arquivos da entidade. A partir desse levantamento, toda documentação sobre a vida e as realizações da SBPC serão sistematizados e estudados.

O trabalho está a cargo de um grupo de especialistas, formado por Amélia Hamburguer, física e historiadora da ciência; Maria Amélia Dantas e Walquíria Chassot, historiadoras, e Vera Rita Costa, bióloga, jornalista e historiadora da ciência.

Amélia lembra: este é um antigo anseio da SBPC, que agora tem tudo para ser concretizado. "Várias instituições, como o CNPq e a Fapesp, estão preocupadas em preservar a história da ciência no Brasil. Há a consciência da necessidade de se fazer isso", ressalta.

Amélia, professora da USP, está muito motivada para o trabalho. É mais um compromisso que ela assume com parte valiosa da história da ciência no país.

SBPC apóia proposta de mudança na classificação da Cannabis sativa

Associações e entidades reunidas no simpósio "Cannabis sativa e substâncias canabinóides em medicina", realizado em SP, nos dias 15 e 16/4, recomendam à Secretaria Geral da ONU que alterem a classificação da maconha na Convenção Única de Narcóticos, de 1961. A SBPC também se manifestou a favor da proposta. A maconha está classificada na Convenção em duas listas: na I e na IV. Na I, ela figura ao lado da morfina, heroína, fentanil, cocaína, etc — consideradas fortes indutoras de dependência, estando a produção, estoques, prescrições etc. severamente controlados e seu uso reservado exclusivamente à medicina. Na IV, ela é igualada à heroína, estando proibida a sua produção, manufatura etc. não sendo reconhecido nem o seu

uso médico. A proposta surgida no mencionado simpósio foi apoiada pela Associação Médica Brasileira (AMB), Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), SBPC, Associação Brasileira de Apoio às Famílias de Drogadependentes (Abrafam) e pela audiência com 196 inscritos. Ela sugere que a maconha seja retirada da lista IV da Convenção Única de Narcóticos e mantida na lista I, como de fato já está.

A SBPC apoiou a ideia, em carta enviada, em 21/6, ao presidente da Comissão Organizadora do evento, Elisando Carlini.

"Queremos um tratamento mais brando para a cannabis, que permita um manejo menos policial e mais terapêutico à planta", sustenta o presidente da SBPC, Ennio Candotti.

Eis os pontos do roteiro:

1) Trata-se de legislação que vem sendo discutida há mais de uma década. Foi detidamente examinada no Conselho Nacional de C&T (CCT). Há amplo consenso sobre a necessidade de investir — criteriosamente — recursos públicos em empresas empenhadas em levar a efeito projetos de desenvolvimento tecnológico e inovador. Da mesma forma, foi sinalizada em sucessivas oportunidades a necessidade de promover a simplificação dos procedimentos burocráticos que regulamentam as atividades empresariais no setor. A desvinculação destes procedimentos das leis de licitações como a de nº 8666, de 1993, prevista no projeto de lei é também oportuna.

2) Cabe, no entanto, determinar com maior clareza a responsabilidade das despesas eventuais com o disposto no Artigo 14. Em particular, no que se refere ao custeio das despesas com a substituição do pesquisador afastado — por outro, para desempenhar suas funções na instituição de origem.

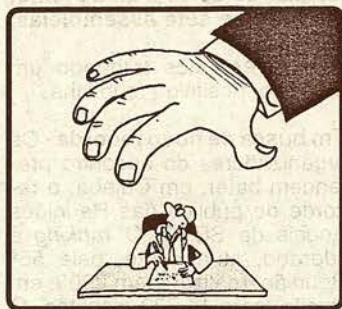
3) Esta lei deve ser vista como parte de um conjunto de instrumentos que tem por objetivo promover a política industrial e o desenvolvimento científico e tecnológico em ambientes produtivos. O financiamento e as atividades de inovação e pesquisa e desenvolvimento industrial devem ser necessariamente coordenadas entre os Ministérios de Indústria e Comércio, de Ciência e Tecnologia e de Integração Nacional e, sempre que possível, evitar a duplicação desses instrumentos. (Ver o interessante documento preparado pelo Ministério de Integração Nacional: 'Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil desigual', notas para reflexão).

Assim, por exemplo, o Conselho Nacional de C&T deveria ter sua função fortalecida, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a Finep, para encontrar o *aggiornamento* necessário, adequando seus procedimentos às novas diretrizes da política de pesquisa tecnológica, inovação e desenvolvimento industrial.

Causa preocupação a tramitação de projeto de lei, apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDCI), prevendo a criação de uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), organização de direito privado semelhante em funções e estrutura ao CGEE, com funções reguladoras próprias de órgão de estado, e, na mesma lei — em seu Artigo 18, de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, vinculado à Presidência da República e presidido

Lei de Inovação: projeto preocupa

Leia aqui o roteiro da exposição do presidente da SBPC, Ennio Candotti, membro do Conselho Nacional de C&T (CCT), na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 16 de junho, acerca do projeto de Lei nº 3476, de 2004, sobre incentivos à inovação e à pesquisa em C&T no ambiente produtivo.



pelo ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

Considerando que as diretrizes da Política Industrial, definidas em documentos elaborados pelo MDIC, encontram forte sustentação na política de desenvolvimento científico e tecnológico do MCT e que estes mesmos temas têm sido usualmente tratados pelo CCT — presidido pelo próprio presidente da República —, justifica-se nossa preocupação quanto aos efeitos dispersivos da multiplicação de

órgãos e instrumentos regulatórios. (Ver o documento 'Diretrizes de Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior' do MDIC)

4) Não encontramos também menção, na Lei de Inovação, de diretrizes voltadas a promover a criação de produtos onde o desenvolvimento econômico depende de P&D e competente manejo local de ecossistemas complexos, como é o caso da Amazônia, Cerrado ou Semi-árido (ver o documento do Ministério da Integração Regional acima mencionado).

Seria oportuno preparar uma lei específica para promover o desenvolvimento "inovador" nestas áreas, valorizando o conhecimento das culturas locais (mateiros, indígenas etc.). O laboratório natural que estas áreas oferecem é de inestimável valor — com características únicas no mundo — para uma política voltada a promover a produção (e inovação) nas áreas de

biotecnologias e fármacos.

Convém mencionar que as biotecnologias não se encontram entre as áreas prioritárias da política industrial, ocupando apenas o *status* de "áreas de futuro promissor". Trata-se de equívoco já assinalado pelo CCT quando o projeto de política industrial foi examinado.

No nosso entender, esse fato revela excessiva preocupação das diretrizes de política industrial com o desenvolvimento tecnológico da região Centro-Sul, nas áreas tradicionais do mercado existente, subestimando outras dimensões do potencial de desenvolvimento do país.

5) Quanto aos recursos mobilizados para a implementação da política industrial e associados à Lei de Inovação, novamente encontramos motivos de preocupação. Menciona-se a possibilidade de utilizar parte dos Fundos Setoriais (contingenciados em 60%) para promover a política de inovação e industrial. Alertamos para o fato que os Fundos Setoriais devem ser alocados através de editais, sistema inadequado para promover o desenvolvimento industrial — o sistema mais apropriado se dá através do FNDCT "livre", formado com aportes orçamentários do Tesouro.

Por outro lado, a persistente redução do repasse dos Fundos Setoriais a 40% do valor recolhido recomenda cautela. Se forem ulteriormente reduzidos, serão insuficientes para prover a pesquisa e o desenvolvimento necessários para sustentar as bases da política industrial e formar os recursos humanos de alta especialização necessários.

A implementação sustentável destas políticas exige a criação de novos fundos, incentivos fiscais e créditos desburocratizados e com juros moderados, apesar dos riscos financeiros envolvidos.

6) Outro aspecto da política industrial e de inovação de longo prazo é a formação de recursos humanos qualificados — existentes em número reduzido no país e insignificante na região Norte. A tradição bacharelística de nossa cultura contribui de modo determinante para a baixa competitividade do sistema produtivo. O pouco apreço pelas ciências experimentais e o desprezo pelas atividades que exigem habilidades manuais têm raízes profundas em nossa cultura e devem, se desejarmos competir nos mercados do mundo, ser objeto de profunda reforma em nossas escolas e Universidades. Novamente, as políticas industrial, de C&T e de educação técnica e superior deveriam ser coordenadas para que os objetivos maiores dos programas de governo possam ser alcançados.

Proposta de compensar instituições de pesquisa é muito bem recebida

Parlamentares e membros do próprio Governo consideraram justa a sugestão de compensar as instituições de pesquisa pela eventual perda de pesquisadores atraídos pelas empresas privadas em consequência das medidas de incentivo à inovação.

O secretário-executivo do MCT, Luis Fernandes, presente na audiência, disse concordar com a ideia e apoiou a alteração do texto para acolher a proposta.

Incentivos - Fazendo coro com muitos empresários e alguns deputados que apresentaram emendas ao texto, o representante do presidente da Petrobras, Antônio Sérgio Pizarro Fragoni, defendeu a adoção de incentivos fiscais para as empresas que investirem em projetos de inovação.

Participantes - Compareceram ainda à audiência os representantes da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei), Olívio Manuel de Souza Ávila; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Geraldo Eugênio de França; e da Finep, Odilon Antonio Marcuzzo do Canto, diretor da agência.

Descontingenciar - Para Candotti, mesmo que a lei seja um avanço, o Governo federal ain-

da precisa fazer muito mais para que toda a capacidade científica seja revertida em melhorias para a população; a nova lei não será capaz de tirar da marcha lenta a pesquisa no Brasil enquanto os recursos dos fundos setoriais permanecerem contingenciados.

Mas o Governo recusa-se a discutir a reiterada proposta da SBPC de descontingenciamento, mesmo que parcial, que serviria para sustentar cinco mil pesquisadores na Amazônia.

Candotti lembrou ao final da audiência: "O principal inimigo do Brasil não está lá fora, nos outros países, mas aqui dentro. Nosso grande laboratório de inovação não é a indústria que quer competir com os chineses, mas sim a Amazônia, que os chineses não têm. É nosso clima, e nosso solo, que os americanos e todos nossos outros concorrentes não têm. A Amazônia é sem dúvida um grande laboratório de pesquisa natural, onde a inovação poderá florescer."

A audiência de 16 de junho foi a segunda promovida pela Comissão Especial que analisa o projeto de Lei de Inovação.

Pela pesquisa com células-tronco

John Sulston, Prêmio Nobel de Medicina ou Fisiologia de 2002, proferiu palestras em SP, no dia 24 de junho, e no RJ, no dia 25, e declarou: "Não permitimos a clonagem humana, mas sabemos da importância e permitimos a clonagem terapêutica."

Pioneiro do Projeto Genoma Humano, o britânico *sir* John Sulston disse, em relação ao uso de embriões nas pesquisas, não haver uma forma de categorizar sua passagem para um ser humano. "Não adianta dizer que é na hora em que o óvulo se funde com o espermatozoide, pois muitos não vão ser fixados no útero. E há os casos dos gêmeos, que não são fruto desta fusão. É importante raciocinar o que se pode fazer para melhorar a vida das pessoas. O que vai trazer o bem e o que trará o mal."

Para ele, a clonagem reprodutiva é um erro, pois não se pode sequer garantir a perfeição do embrião: "Podem nascer inúmeros bebês com problemas."

Sobre o projeto de Lei de Biossegurança que tramita no Senado brasileiro, o pesquisador vê semelhanças com os EUA. Acha que as bancadas cristãs conservadoras impedem a liberação das promissoras pesquisas. Há ainda, segundo ele, outro problema: "Uma lei como essa, além de frear o avanço da ciência no Brasil, pode fazer com que os cientistas deixem o país rumo a outros lugares onde possam continuar suas pesquisas."

Ele entende que os países pobres não podem sair perdendo no campo das descobertas científicas. Para isso, o Nobel defende a regulação das patentes para evitar abuso e a criação de um fundo internacional de pesquisa, bem como a participação dos governos para equilibrar a balança entre as empresas que visam o lucro e o interesse da sociedade. "Temos que frear o poder do mercado para se chegar ao bem-estar social. O que ocorre hoje é que se pesquisa para 10% da população mundial. O dinheiro para pesquisas tuberculose, malária, diarreia e pneumonia é muito escasso, pois estes doentes não são um mercado consumidor promissor."

A diferença entre países do primeiro e terceiro mundo, no caso das células-tronco, gerou uma especificidade. No Brasil, diferentemente dos EUA — onde só o dinheiro público não pode ser usado neste tipo de pesquisa —, não se pode retirar células-tronco embrionárias. Por isso, uma equipe de pesquisadores do Instituto de Biociências (IB) da USP importou dos EUA quatro linhagens destas células para prosseguir estudos inicialmente feitos com células de camundongos. "Estamos muito entusiasmados com o recebimento das células-tronco embrionárias hu-

manas, pois se trata de um modelo experimental de enorme valor em termos de linhas de pesquisa que podem ser abertas", comenta Lygia da Veiga Pereira, professora do IB. Ela, apesar de animada, ressalta: "Perdemos uma parte fundamental do estudo, perdemos autonomia e ficamos à mercê do desenvolvimento feito em outro país."

Carlos Vogt, presidente da Fapesp e vice-presidente da SBPC, também se opõe à proibição: "A lei, nos termos em que foi aprovada, criará sérios obstáculos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico em um setor em que a transferência de tecnologia, da descoberta à sua aplicação, é extremamente rápida." À seu ver, há que "transformar o texto da lei em instrumento de progresso e independência tecnológica, evitando assim danos irreparáveis aos mecanismos de geração de conhecimento e de riqueza".

No mundo — A pesquisa na área é tão promissora que acaba de ser inaugurado na Universidade de Cambridge, Reino Unido, um centro de pesquisa em células-tronco extraídas de embriões. O Instituto Célula-tronco custou US\$ 30 milhões. Segundo seus pesquisadores, dentro de cinco anos devem começar os primeiros testes com seres humanos.

Nos EUA, John F. Kerry, candidato democrata à Casa Branca, recebeu o apoio de 48 cientistas laureados com o Prêmio Nobel. Ele acusa Bush de ignorar a necessidade de buscar a cura do Mal de Alzheimer, Aids e outras doenças fatais. E procura atrair a legião dos incomodados com os limites impostos por Bush à pesquisa de células-tronco embrionárias. Kerry repetiu sua promessa de reverter as restrições do atual presidente ao financiamento federal para pesquisa de células-tronco. E frisou que "os americanos merecem um presidente que acredite na ciência".

O Congresso norte-americano também luta pela liberdade de pesquisa com células-tronco. Em 23 de junho, foi apresentado novo projeto que poderá, se aprovada, obrigar o governo a financiar as pesquisas ora dificultadas. E no Japão, por vezes taxado de país conservador, um conselho do governo decidiu, no mesmo 23 de junho, permitir a clonagem de embriões humanos para fins de pesquisa. (*Luís Henrique Amorim, com dados da Agência Fapesp e Folha de SP*)

Contrapartidas diferenciadas nos acordos com MCT, querem estados

Reunidos em Salvador em 14 e 15 de junho, os Fóruns Nacionais de Secretários Estaduais de C&T e das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) propuseram, em documento dirigido ao MCT, contrapartidas diferenciadas nos convênios com o governo federal com base no PIB associado à C&T de cada estado.

Para a presidente do Fórum de Secretários, Denise Carvalho, a proposta de critérios diferenciados para as contrapartidas é um marco na história da entidade: "Em 2003, firmamos acordos no critério de um para um, mas temos de ampliar isso. Agora, o Fórum também toma a iniciativa de proposições."

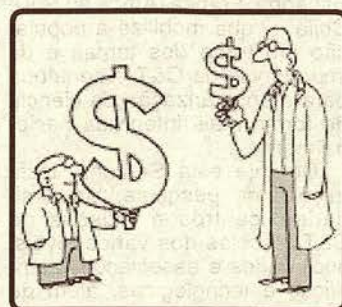
O PIB associado à base de C&T de cada estado foi o critério usado pelos Fóruns para as contrapartidas de recursos do MCT. Segundo a proposta entregue ao secretário-executivo do MCT, Luís Fernandes, o Estado de SP fica com a contrapartida de um para um; MG, RJ e RS, com um para um e meio; Am, Pará, CE, PE, BA, PB, DF, GO, MT, MS, PR, SC e ES, com um para dois; e AM, Acre, RO, RR, TO, PI, MA, RN, SE e AL, com um para três.

O documento propõe ainda a continuidade e ampliação das parcerias entre estados e União, além da contratação de novos convênios em diversas áreas; apoio a projetos estruturantes estaduais e/ou interestaduais, muitos "sem resposta do MCT até o presente momento"; desburocratização e agilização na liberação dos recursos gerenciados pela Finep; e participação dos fóruns nas ações relacionadas aos Institutos do Milênio.

Fundos setoriais - Luís Fernandes, simpático à proposta, assinalou, sobre o apoio solicitado aos projetos estruturantes, que os instrumentos indicados são os fundos setoriais. A seu ver, é preciso maior articulação dos Fóruns com os Comitês Gestores dos fundos. Sobre a burocracia na liberação de recursos por parte da Finep, ele comprometeu-se a formar uma "força-tarefa junto à Financiadora para trabalhar a questão".

O compromisso do MCT, segundo o secretário-executivo, é dar continuidade e ampliar as parcerias entre o ministério e os sistemas estaduais de C&T: "Isso não é concessão, mas, sim, o reconhecimento de que precisamos integrar o sistema de C&T, e as secretarias e as FAPs são partes cruciais do sistema."

Novo diretoria do Fórum das FAPs - Durante a reunião, foi eleita a nova diretoria do Fórum das FAPs. Jorge Bounassar Filho, diretor-presidente da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e



Tecnológico do Paraná, assumiu a presidência, tendo como vice o diretor-geral da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, Alexandre Pauperio. Bounassar prometeu induzir a criação de fundações de apoio à pesquisa em todo o país e fortalecer o Fórum: "Nesse processo de consolidar as FAPs, nos cenários dos sistemas estaduais, lutaremos pela autonomia de gestão e pelo repasse integral de seus orçamentos."

O novo presidente ressaltou que as FAPs, como meios operacionais de implantação de políticas de C&T, são importantes no processo de parcerias entre as esferas federal e estaduais. "Nossa linha é de estruturação, de reforço e de confirmação dos sistemas de C&T dos estados", afirmou.

Meta: participar do CCT - A primeira articulação do Fórum, após a posse da nova diretoria, foi aprovar uma carta solicitando a participação da entidade no Conselho Nacional de C&T (CCT).

"As FAPs representam um *locus* privilegiado de relação e conhecimento dos grupos e redes de cooperação que se organizam para fazer pesquisa. Então, o Fórum acredita que tais informações podem auxiliar o CCT na formulação de políticas de CT&I", afirmou Bounassar.

A diretoria do Fórum das FAPs vai agendar uma audiência com o ministro da C&T, Eduardo Campos, para entregar a carta.

Homenagem - A entidade que congrega as FAPs do país chama-se agora Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa Professor Francisco Romeu Landi, em reverência a seu ex-presidente, que faleceu em abril deste ano. A homenagem foi anunciada durante a solenidade de encerramento da reunião conjunta dos Fóruns. (*Com dados do Gestão C&T nº 270*)

Criada a Semana Nacional de C&T

Decreto do presidente Lula, de 9/6, institui a Semana Nacional da C&T, a ser promovida todo ano, em outubro, sob a coordenação do MCT. Neste ano, ocorrerá de 18 a 24 de outubro.

O objetivo é criar e consolidar no Brasil um mecanismo — já bem-sucedido no Reino Unido, Espanha, França, África do Sul e Chile — que mobilize a população em torno dos temas e da importância da C&T e contribua para a popularização da ciência de forma mais integrada nacionalmente.

Durante esta Semana, instituições de pesquisa, Universidades, centros e museus de C&T, escolas dos vários níveis, sociedades e associações científicas e tecnológicas, além de outras entidades e grupos, realizarão atividades de divulgação científica e tecnológica voltadas para o público escolar e para o público geral.

Aspecto importante dessas atividades é contribuir para que a população possa conhecer e discutir os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas e de suas aplicações.

A proposta de realizar no Brasil uma Semana Nacional de C&T já vem sendo feita há tempos por sociedades científicas, centros e museus de ciência, instituições e grupos voltados para a divulgação científica.

A colaboração e a participação ativa dos governos estaduais e municipais e das instituições de pesquisa e ensino regionais e locais, assim como de entidades científicas e tecnológicas, serão decisivas para o êxito da iniciativa.

As atividades da Semana serão as mais variadas, com eventos diversos ocorrendo em locais públicos e comunitários, em centros culturais e museus, em Universidades e instituições de pesquisa, em casas legislativas e praças públicas: "dias de portas abertas" de instituições de pesquisa e Universidades; ida de cientistas às escolas; festivais e feiras de ciência; oficinas para o público; atividades unindo ciência, cultura e arte (teatro, cinema, circo, música etc); noites de astronomia; exibição de filmes e vídeos científicos em locais públicos; palestras e discussões públicas sobre temas científicos de interesse geral; entrevistas, debates e documentários nos jornais, rádios e TVs.

A coordenação das atividades está sendo articulada pelo Depto. de Popularização e Difusão da C&T, da Secretaria de C&T para a Inclusão Social do MCT. Contatos no MCT: José Luiz Barros, fone (61) 317-7826, e-mail <jlbarros@mct.gov.br> e Ildu Moreira, fone (21) 2555-0736, e-mail <ildu@if.ufrj.br>.

"Toda conquista jurídica justa resulta da luta incessante entre os mais fracos e mais fortes"

A frase é de Soraya Nour, doutora em direito e hoje pós-doutoranda na Universidade Paris X, França. Ela acaba de lançar no Brasil o livro "A Paz Perpétua de Kant — Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais" (Martins Fontes Editora). Nesta entrevista ao JC, ela diz que Immanuel Kant (1724-1804) mantém-se "referência necessária" e sugere a importância de se criarem mecanismos jurídicos para conter a violência do capital. Por José Monserrat Filho

Kant, na dura situação atual do mundo, é um bem-intencionado ingênuo ou uma referência indispensável? No que suas idéias estão superadas e no que elas ainda conformam um acervo vivo e influente?

- A situação do mundo no século XVIII era tão cruel quanto hoje, o que Kant via sem nenhuma ilusão: a Europa vivia em guerras e sua população oprimida, sob censura, em miséria e analfabetismo; o colonialismo nos outros continentes dizimava e escravizava populações inteiras, apropriando-se de todas suas riquezas. É esse mundo que Kant critica, e todos esses males ainda afligem nosso mundo de hoje. Nesse sentido de crítica é que Kant continua a ser uma referência necessária.

A crítica de Kant é do tipo normativista, ou seja: constrói normas que determinam como o mundo deveria ser, e que funcionam como um critério para criticar o mundo tal como ele é.

Se a norma kantiana prescreve que os conflitos entre os Estados devam ser resolvidos pelo direito, e não pela guerra, os Estados que fazem guerra são então condenados por não resolverem suas controvérsias como deveriam resolver, ou seja, pelo direito.

Esta crítica de tipo normativista não está em nada superada, mas deve ser complementada pela de tipo materialista, que pergunta: por que o mundo não é como deveria ser? por que os Estados fazem guerra? Isso exige a investigação dos mecanismos de dominação econômica e política que impedem estes princípios de se tornarem realidade.

Ou seja, é preciso fazer crítica da economia política, crítica das ideologias e crítica da imposição de identidades (racismo, sexismo, nacionalismo).

O Direito Internacional e a tradição legalista kantiana estão morrendo, sufocados pela real política e pela lei do mais forte e do mais rico?

- A lei do mais forte e do mais rico sempre predominou e continuará predominando, utilizando-se geralmente do próprio direito como instrumento de poder; mas a reivindicação por um direito justo sempre foi um meio de resistência, e mesmo que nunca venha a conter a violência das relações internacionais, continuará a ser uma forma de luta contra a lei do mais forte.

Nas manifestações públicas dos últimos tempos, é notória a



reivindicação de respeito ao direito internacional.

Toda conquista jurídica que se considera justa, por mais frágil que seja, é resultado desta luta incessante entre os mais fracos e os mais fortes.

Ao escrever a *Paz perpétua*, Kant estava se opondo a seu governo militarista e a sua censura, para condenar todo tipo de guerra e de armamentos, e proclamar os princípios da liberdade, da democracia, do direito internacional, do direito cosmopolita. É pelo que lutam a maior parte dos movimentos sociais de hoje.

"O que se reivindica é profunda reestruturação e democratização da ordem internacional"

A Carta da ONU e seu sistema de segurança coletiva já são relíquias de museu e precisam ser atualizados ou precisam ser atualizados para não virarem relíquias de museu?

- A estrutura oligárquica da ONU, a concentração de poder no Conselho de Segurança, a fraca competência da Assembleia Geral não correspondem às necessidades de democratização da ordem internacional, e servem antes para perpetuar as relações de poder — daí sua paralisação diante dos conflitos. Mas o que se reivindica é, antes, sua profunda reestruturação e democratização. A Assembleia Geral deve ter fortalecido seu poder de decisão. Afinal, quase todos os países do mundo participam da Assembleia e encontram nessa instituição um fórum privilegiado de discussão de seus problemas.

A intensa globalização econômico-financeira torna utópicos os princípios de segurança, justiça e cooperação internacionais?

- A intensificação da globalização econômico-financeira não

tem contribuído em nada para promover os princípios de segurança, justiça e cooperação internacional; ao contrário, tem apenas fortalecido as estruturas de dominação. Por isso, é imprescindível a revelação dos mecanismos da globalização. Quais são hoje as formas pelas quais o capitalismo exerce a exploração e a exclusão? Quais os mecanismos jurídicos que podem ser desenvolvidos para conter a violência do capital? Estuda-se como o capital financeiro e as multinacionais movimentam-se sem qualquer tipo de contenção: feito um grande investimento em um país, retiram-se assim que um risco surge, gerando de um dia para outro crise, desemprego, inflação etc. Como conter essa mobilidade do capital? Que mecanismos jurídicos podem ser impostos? A ideia da Taxa Tobin tem em vista conter tal mobilidade. Mas a tradicional forma de exploração, à custa da mão-de-obra barata e da captura de recursos dos países subdesenvolvidos, ainda persiste.

Existe uma ciência do Direito Internacional? Como avalia a posição do Brasil no campo da pesquisa sobre temas jurídicos internacionais?

- Sim, há uma ciência do Direito Internacional hoje consolidada, que vem crescendo e sendo cada vez mais estudada pelas outras áreas de conhecimento, como a filosofia política, a sociologia, a ciência política, a economia, a administração de empresas.

O Brasil tem excelente produção bibliográfica nesta área, reconhecida internacionalmente desde Rui Barbosa.

É notória a presença de brasileiros como professores convidados na Academia de Direito Internacional de Haia, a instituição acadêmica máxima de Direito Internacional: o curso de Direito do Mar foi ministrado por Vicente Marotta Rangel; o de Direitos Humanos, por Antonio Cançado Trindade; o de Lex Mercatoria, por Irineu Strenger; o de Direito da Nacionalidade, por Francisco Rezek.

Vale lembrar que cada curso é ministrado pelo que é considerado o maior especialista no tema, e se torna fonte de direito internacional, referência de legislação, interpretação e aplicação de normas.

Isto significa que qualquer internacionalista do mundo que trate destas matérias deve se confrontar com a produção científica destes nossos brasileiros.

Ao ser promulgada a emenda constitucional nº 32, em dezembro/2003, alterando o percentual de dotação orçamentária para a Faperj, verificamos a mobilização e participação da comunidade científica na audiência pública promovida pela Comissão de C&T da Assembleia Legislativa do Estado do RJ (Alerj).

A mudança da Constituição do RJ suscitava tensão que envolvia os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e a comunidade científica. Desde 1992, o Estado pretendia alterar o percentual de receita da Faperj.

Através da ADIN-STF 780-7/600 de 1992, o Estado já havia pretendido a obtenção de inconstitucionalidade do artigo da Constituição do RJ que criava o dever de manutenção da Faperj, com a vinculação de percentual à receita tributária. Vejamos:

"STF - ADIN - 780-7/600, de 1992 - Decisão da Liminar: 'Por MAIORIA de votos, o Tribunal DEFERIU a medida cautelar para suspender os efeitos da eficácia do par. 1º do art. 306 (atual art. 309), art. 311 (atual art. 314), par. 5º do art. 311 (atual art. 314), bem como das expressões 'e garantirá um percentual mínimo de 10% (dez por cento) para a educação especial', contidas na parte final do par. 2º do art. 311 (atual art. 314), e indeferiu a suspensão cautelar relativa ao art. 329 (atual art. 332), todos da Constituição do Estado do RJ, vencido o Ministro Marco Aurélio, que também deferia o pedido quanto ao art. 329 (atual art. 332). Votou o Presidente. - Plenário, 11.03.1993.' Acórdão, publicado no D.J. Seção I de 19.03.93, página 4.274 e 16.04.93, página 6.431."

Não tendo o Estado obtido no Poder Judiciário a supressão do artigo da Constituição que considerava inconstitucional, buscou, no apagar das luzes do ano legislativo de 2003, a modificação, por meio de emenda constitucional, de sua redação. E conseguiu. Para tanto, contou com uma maioria descomprimida com o destino da C&T e com a violação ao Estado de Direito, por atropelo regimental.

Dispunha o artigo 329 da Constituição do RJ (atual 332) que o Estado manteria a Faperj, atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a 002% da receita tributária prevista para o exercício, que lhe será transferida em duodécimo como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

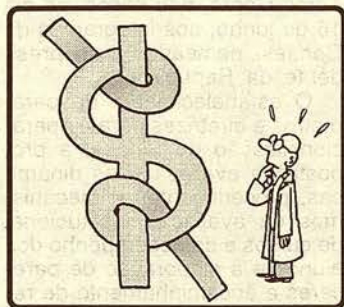
A redação do artigo 332 da Constituição do RJ (ex-329) dispõe que o Estado destinará à Faperj, anualmente, 2% da receita tributária do exercício, reduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

Para se saber o quanto a Faperj terá reduzida sua receita, será preciso analisar a cada ano o valor das transferências e vinculações a que se refere a

Faperj: execução financeira ou como plantar batatas e vender a R\$ 1,00

João Batista Damasceno *

As rubricas orçamentárias destinadas à Fundação de Amparo à Pesquisa do RJ (Faperj) não estão sendo executadas. Não há autorização para a realização da despesa. Quando autorizada, não há empenho. Mesmo a despesa empenhada não está sendo liquidada. E da liquidada pouco está paga.



redação do novo artigo. A velha redação garantia dotação mínima correspondente a 002% da receita tributária prevista para o exercício, que lhe será transferida em duodécimo como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

Em outras palavras, tratava-se de dois milésimos por cento do total da receita tributária prevista, entregue à Faperj mensalmente, para, sob sua administração, serem gastos no desenvolvimento científico e tecnológico.

A nova redação dispõe que o Estado destinará à Faperj, anualmente, 2% da receita tributária do exercício, reduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais. Deduzidas as transferências e vinculações haverá base de cálculo para se apurar os 2% da receita tributária do exercício? (Veja-se, que não é a receita tributária prevista, nem a receita orçamentária total, uma vez que além da receita tributária o orçamento contém outras previsões de receita.)

Por outro lado, a nova redação já não mais vincula a receita com o desenvolvimento científico e tecnológico, podendo a mesma prover despesas de custeio (pessoal, manutenção de prédios e burocracia). Por ocasião da mudança do artigo da Constituição, a comunidade ci-

entífica chegou a cogitar da possibilidade de ingresso de medida judicial, ante o fato de não se haver respeitado o regimento da Alerj para aprovação da emenda 32/2003. Mas, para tanto, as instituições precisariam funcionar racionalmente e ser instituições capazes de garantir o controle dos atos do poder político.

Foi então acertado que a Secretaria Regional da SBPC/RJ buscava os dados referentes à execução orçamentária em 2004 e os repassaria à comunidade periodicamente para que a mesma pudesse acompanhar o processo e melhor avaliá-lo. Mas, acompanhar a execução orçamentária é tarefa difícil. Os termos utilizados não são compreensíveis, salvo para quem tenha conhecimento de contabilidade pública (geralmente, gestores da burocracia). Os dados não são facilmente acessíveis, e quando o são, há que se desconfiar da precisão, por se tratar de fonte única de informação, sem muita possibilidade de conferência. O estado brasileiro, formalmente republicano, nestas horas não revela esta característica. A repú-

(Continua na página 8)

* Professor do Depto. de Direito Civil da Uerj, mestrando em Ciência Política no IFCS/UFRJ e Juiz de Direito no TJ/RJ.

Execução Orçamentária - até maio de 2004 (Em Aberto)

Fonte: SIAFEM2004

Consulta: dia 02/06/2004

4041 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)

Programa de Trabalho	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
4041.06.183.0055.2147 Implantação do NUPESP	240.000	240.000	217.021	124.451	108.800	66.719
4041.12.122.0002.2125 Pagto. Desp. Serv. Util. Públ.-FAPERJ	310.000	1.410.000	1.000.000	810.000	682.416	627.758
4041.12.364.0095.2153 Desenv. de Estudos e Pesquisas através da UERJ	11.869.690	11.869.690	11.869.680	11.869.680	4.402.743	3.306.161
4041.12.364.0207.2157 Desenv. Estudos e Pesquisas através da UENF	5.400.000	10.177.051	10.177.051	5.229.233	1.753.381	1.343.341
4041.12.364.0207.2894 Programa de Capacitação e Aperfeiç. de RH	400.000	400.000	-	-	-	-
4041.12.364.0237.8038 Apoio à Formação Superior a Distância CECIERJ	7.350.000	7.350.000	7.350.000	3.308.630	3.308.628	2.577.962
4041.12.571.0093.4137 Manutenção de Estudantes e Pesquisadores	76.725.059	71.948.008	33.178.703	15.650.743	14.911.580	12.754.046
4041.12.571.0093.4451 Programa Jovens Talentos p/ Inic Cient Tec	500.000	500.000	-	-	-	-
4041.19.122.0002.4026 Prest. Serv. entr Org/ Aquis Comb Lubr - FAPERJ	180.000	180.000	39.000	22.000	7.606	7.606
4041.19.122.0002.4253 Pessoal e Encargos Sociais da FAPERJ	3.709.073	3.709.073	1.489.285	1.489.285	1.262.447	1.023.067
4041.19.122.0002.4288 Despesas Obrigatórias FAPERJ	800.000	800.000	733	-	-	-
4041.19.122.0002.4322 Manut. Ativ. Operac / Admin. da FAPERJ	2.468.000	2.468.000	1.121.000	526.374	410.627	327.788
4041.19.126.0093.4034 Rede-Rio de Computadores	5.630.092	4.530.092	340.000	140.000	100.601	-
4041.19.126.0025.1069 Desenvol. da Tecnologia Informática PRODERJ	13.500.000	14.375.043	875.043	590.827	590.827	152.800
4041.19.363.0016.2166 Desenvolvimento Tecnológico da FAETEC	13.698.788	14.252.032	14.252.027	13.985.289	6.088.348	6.088.348
4041.19.366.0093.1011 Divulgação Científica - CECIERJ	700.000	700.000	700.000	-	-	-
4041.19.571.0093.3014 Inovação Tecnológica	35.259.692	31.625.478	-	-	-	-
4041.19.571.0093.4132 Apoio à Pesquisa	56.887.268	56.887.268	7.180.241	3.709.187	3.709.187	1.902.821
4041.19.573.0093.1068 Projetos Mobilizadores - SECTI	560.000	560.000	98.000	-	-	-
Total	236.187.662	233.981.735	89.887.784	57.553.698	37.337.190	30.178.415
Fonte de Recurso	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
0 Ordinários Provenientes de Impostos	223.693.330	221.487.403	86.830.116	54.544.495	34.327.988	27.169.212
10 Arrecadação Própria - Administração Indireta	482.092	482.092	-	-	-	-
13 Convênios - Administração Indireta	12.012.240	12.012.240	3.057.668	3.009.202	3.009.202	3.009.202
Total	236.187.662	233.981.735	89.887.784	57.553.698	37.337.190	30.178.415
Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
1 Pessoal e Encargos Sociais	3.709.073	3.709.073	1.490.018	1.489.285	1.262.447	1.023.067
3 Outras Despesas Correntes	230.416.497	220.708.461	83.373.200	56.035.842	36.061.305	29.155.348
4 Investimentos	2.061.092	9.563.201	5.024.566	28.571	13.438	-
5 Inversões Financeiras	1.000	1.000	-	-	-	-
Total	236.187.662	233.981.735	89.887.784	57.553.698	37.337.190	30.178.415
Unidade Gestora Executante	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
1201 SARE	-	-	20.000	12.000	4.673	4.673
1441 FENORTE	-	-	3.600.000	1.500.000	1.156.836	1.156.836
2632 RIOSEGURANÇA	-	-	217.021	124.451	108.800	66.719
4001 SECTEC	-	-	98.000	98.000	-	-
4032 PRODERJ	-	-	875.043	590.827	590.827	152.800
4041 FAPERJ	236.187.662	233.981.735	45.265.963	20.597.231	19.684.599	15.284.271
40431 UERJ - AC	-	-	11.869.680	11.869.680	4.402.743	3.306.161
4044 FAETEC	-	-	14.252.027	13.985.289	6.088.348	6.088.348
4045 UENF	-	-	5.400.000	5.229.233	1.753.381	1.343.341
4046 CECIERJ	-	-	8.290.050	3.546.987	3.546.983	2.775.266
Total	236.187.662	233.981.735	89.887.784	57.553.698	37.337.190	30.178.415

Faperj: execução financeira ou...

Orçamento há. Mas, nos cinco primeiros meses do ano só 1/6 dele foi ou está sendo executado. Apesar da mesquinhez dos valores dotados, alguns programas sequer estão sendo executados, ou seja, não foi autorizada a despesa e não há empenho.

(Continuação da página 6)

blica transmuda sua natureza.

A lei do orçamento é a que autoriza os gastos do Estado num certo período e estima a receita necessária à cobertura destes gastos. O orçamento tem validade anual e deve atender ao princípio da universalidade. Toda despesa fixada e receita prevista devem nele estar contidas, bem como deve estar especificado ou discriminado o quanto cada unidade administrativa irá gastar. O acompanhamento da execução orçamentária demanda verificação de um conjunto de códigos numéricos atribuídos de acordo com a função, programa, subprograma, projeto e atividade. A análise do orçamento demanda verificação do código de programa de trabalho, código de despesa, fonte e valor. O pesquisador que se aprofunda em tal domínio burocrático passa a ser pesquisador de outra área, no caso, da burocracia.

Mas, não basta que os gastos estejam previstos no orçamento. É preciso que a despesa autorizada pelo Legislativo seja executada pelo Executivo, nos moldes do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do RJ.

Assim, uma despesa prevista no orçamento para sua realização demanda programação financeira, ordenação, empenho, liquidação e pagamento. Cada vocábulo revela um sentido próprio. Ordenadores de despesa são as autoridades administrativas competentes para autorização de abertura e aprovação de licitações (quando for o caso). O governador é chamado de ordenador nato ou legal. Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, embora com a possibilidade de pendência de condição. Ao editar o ato, a autoridade expede nota de empenho. O empenho é condição para realização da despesa. Mas, não é sua finalização. É parte do processo.

Embora empenhada, uma despesa pode ser anulada e a verba a ela destinada retorna ao orçamento. Daí é que nem o empenho é garantia de que a despesa será efetivada.

O empenho compreende a autorização — a permissão dada por autoridade competente para a realização da despesa — e a formalização — a dedução do valor da despesa, feita no saldo disponível da dotação orçamentária.

Uma vez empenhada, a despesa pode ser realizada. Segue-se à sua liquidação para posterior pagamento. A liquidação consiste na verificação do direito do credor (pesquisador, professor, prestador de serviço, fornecedor etc...). Finalmente, o último estágio da despesa é o pagamento, que pode ser em cheques, ordens de pagamento ou créditos em conta. Apenas as despesas empenhadas e não pagas até o final do ano passam para o exercício seguinte, como restos a pagar. As dotações orçamentárias não empenhadas não geram para o Estado qualquer dever de sua realização, e, como a lei orçamentária é anual, somente poderão vir a ser executadas se estiverem previstas na lei orçamentária do novo ano.

Feita a análise dos dados referentes à execução orçamentária no período de janeiro-maio/2004 (mês de maio em aberto) obtidos junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem), e apurados relativamente aos gastos com C&T, podemos verificar o que se segue.

Embora haja dotação orçamentária, nos cinco primeiros meses do ano apenas 1/6 do orçamento foi/está sendo executado. Apesar da mesquinhez dos valores dotados, alguns programas sequer estão sendo executados, ou seja, não foi autorizada a despesa e não há empenho. Exemplos: Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de RH — R\$ 400 mil; Programa Jovens Talentos para Iniciação Científica e Tecnológica — R\$ 500 mil; Divulgação Científica/CECERJ — R\$ 700 mil; Inovação Tecnológica — R\$ 35.259.692.

O Programa de Apoio à Pesquisa tem dotação orçamentária de R\$ 56.887.268,00, mas foi autorizada despesa de somente R\$ 7.180.241,00. Destes, só R\$ 3.709.187,00 foram empenhados e liquidados, e até a data do quadro só R\$ 1.902.821 estava pago.

A análise do quadro revela que as rubricas orçamentárias destinadas à Faperj não estão sendo executadas. Não há autorização para a realização da despesa. Quando autorizada, não há empenho. Mesmo a despesa empenhada não está sendo liquidada. E da liquidada, pouco está paga.

Talvez porque C&T demande o tempo da maturação do carvalho e os gestores da coisa pública, no Estado do RJ, prefiram plantar batatas, de rápida colheita e para vender a um real.

Vital para a reforma universitária

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), ligada ao gabinete do ministro Tarso Genro, é órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Héglio Trindade é seu presidente

O ministro da Educação, Tarso Genro, deu posse, no dia 16 de junho, aos integrantes da Conaes, nomeados pelo presidente da República.

O estabelecimento de parâmetros e diretrizes para a operacionalização do Sinaes, a proposta de avaliação das dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional de cursos e do desempenho dos alunos e a elaboração de pareceres e encaminhamento de recomendações às instâncias competentes para o desenvolvimento das instituições de ensino superior — eis algumas das funções da comissão, que se reuniu pela primeira vez na tarde do mesmo dia 16.

O ministro afirmou que a instituição do Conaes é um salto adiante, pois vai alterar as relações entre o Estado e os grupos sociais, estabelecendo um novo vínculo entre eles.

"A ansiedade pós-moderna gostaria de resolver as questões educacionais a partir de um ato institucional, mas o processo é muito mais complexo. Trata-se, na verdade, de uma reforma normativa, de mentalidades e da própria relação estado-sociedade", disse, lembrando que a reforma está contida no processo de construção de uma verdadeira democracia no Brasil.

Com responsabilidade pública, política e acadêmica, a comissão será estratégica para

a reforma universitária em curso e se articulará com a autonomia universitária na implantação do novo sistema nacional de educação superior, disse Héglio Trindade.

"Ela vai cumprir seu papel com rigor acadêmico, eficiência e espírito público", acrescentou.

Representantes na Conaes

Do MEC: Antonio Ibañez Ruiz, secretário de Educação Profissional e Tecnológica; Marcos Dantas, secretário de Educação a Distância; Dilvo Ristoff, diretor de Estatística e Avaliação da Educação Superior, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep); Renato Janine Ribeiro, diretor de Avaliação da Capes; e Mário Pederneiras, diretor do Depto. de Supervisão do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior, são os representantes do MEC, na comissão.

Representam as Universidades: Gustavo Peta, presidente da União Nacional dos Estudantes (Une); Laura Tavares, professora da UFRJ; e Lélia de Souza Oliveira, assessora da UFMT.

Representam a sociedade, por notório saber: Héglio Trindade, ex-reitor da UFRGS, Gilberto Dupas (USP), José Dias Sobrinho (Unicamp), Sílvio Meira (UFPE) e Wilson Roberto de Mattos (UFBA).

(Com informações da Assessoria de Comunicação do MEC)

Bolsas: Amazonas dá mais 66,3%

A Fundação de Amparo à Pesquisa da Amazônia (Fapeam) ampliou consideravelmente a concessão de bolsas

Até maio, a Fapeam tinha concedido um total de 1.281 bolsas — 689 em parceria com outras organizações da área e 592 próprias. A partir de junho, concedeu 1.932 bolsas — 1.015 por meio de convênios e 917 com financiamento próprio.

O incremento para as bolsas conveniadas é de 67,8% e de 64,5% às custeadas diretamente com recursos da Fapeam.

Os números foram divulgados no dia 19 de junho pela Diretoria Técnico-científica da fundação. O quadro mostra que a meta do governo do Amazonas, de criar uma base sólida de pesquisa, propiciando recursos para a área de C&T, está sendo construída.

Neste mês, o investimento em bolsas mobilizou cerca de R\$ 951.636,00 (R\$ 479.868,00 por convênios e R\$ 471.788,00 de

recursos próprios), contemplando projetos de dez programas desenvolvidos pela Fapeam.

Em maio, foram aplicados R\$ 535.820,00 (R\$ 273.035,00, via acordos de cooperação e R\$ 262.795,00, do orçamento da fundação). A Fapeam funciona há um ano e integra o sistema articulado pelo governo estadual, por meio da Secretaria de C&T, para a formulação e execução de uma política estadual em ciência e inovação tecnológica.

A fundação tem a responsabilidade de fomentar programas e pesquisas nas diferentes áreas e segmentos.

Hoje são 21 as ações que estão sendo implementadas pela Fapeam em Manaus e no interior do estado, com parceiros diversos, entre os quais o CNPq, Capes e Finep. (Assessoria de Comunicação da Fapeam)

O Conselho Deliberativo do CNPq está dedicando especial esforço no trabalho de pensar o fortalecimento de seus Comitês Assessores.

Sem dúvida, trata-se de importante iniciativa, tanto pela importância que estes comitês têm na realização das políticas científicas no Brasil (são eles que decidem sobre destinação de recursos do CNPq) quanto porque a história destes comitês aconselha, neste momento, o estabelecimento de procedimentos que garantam o melhor funcionamento possível para estes organismos.

Há muitos aspectos a serem considerados para se tomar uma decisão que se mantenha por bom tempo e de maneira adequada. Vou aqui fazer algumas considerações sobre aspectos que, espero, podem contribuir para uma boa reflexão sobre o assunto.

O funcionamento do CNPq não se reporta às instituições de ensino e pesquisa, mas aos pesquisadores. E nesta medida o CNPq é uma agência de fomento que se caracteriza por atender uma larga quantidade de pesquisadores de todo o país.

Por outro lado, os comitês assessores têm o difícil papel de julgar pares a partir de pareceres de outros pares. Daí porque é fundamental que eles mantenham uma característica que lhes é própria: o caráter colegiado das decisões.

Deste modo é possível pensar, com mais abertura, sobre demandas muitas vezes muito díspares, tanto pelo caráter científico e tecnológico, quanto pelo tipo de interesse social que têm. Por outro lado este tipo de funcionamento é parte importante no processo de participação real da comunidade científica nas decisões sobre uso do dinheiro de pesquisa no Brasil.

Assim se constituem melhor as condições de uma efetiva participação da comunidade científica, com menos risco de as decisões dos CAs acabarem se moldando por um processo de cooptação, cuja possibilidade seria maior se o caráter dos CAs não fosse colegiado.

Os comitês são os responsáveis por toda destinação de recursos no CNPq. Pela própria natureza do trabalho fundamental dos CAs, toma relevo a questão dos assessores *ad hoc*, participantes decisivos do seu trabalho.

Assim, um efetivo fortalecimento dos CAs está ligado a uma mudança significativa nas rotinas destes comitês: julgo importante que a escolha dos assessores *ad hoc* seja diretamente feita pelos comitês, baseada em um conjunto de informações sobre área de trabalho, inserção institucional, vinculação a projetos, e outros predados,

Os comitês assessores do CNPq

Eduardo Guimarães *

O fortalecimento dos Comitês Assessores (CAs) depende de mudança significativa nas rotinas destes comitês: a escolha dos assessores *ad hoc* deve ser feita diretamente pelos comitês.



dos escolhidos.

Tomada uma decisão final, os comitês falam pela instituição, e servem de reguladores importantes das relações e interesses legítimos em disputa em momentos como esses. Assim para que o comitê se sinta plenamente à vontade na assunção da responsabilidade de que é investido, é preciso que ele tenha um claro acompanhamento de todo o processo.

A escolha dos assessores

envolve, ainda, outros aspectos sobre os quais sugeriria também mudanças. Seria interessante que se redefinisse o universo de escolha dos assessores, que hoje é somente o conjunto dos pesquisadores PQ. Os assessores devem ser buscados no conjunto da comunidade acadêmica e não só entre estes bolsistas. Este procedimento, perfeitamente possível hoje, já que o CNPq dispõe de banco de dados qualificado do conjunto dos pesquisadores brasileiros, daria ao processo uma transparência adicional.

Esta universalização dos possíveis assessores ajudaria a fazer com que os domínios novos de trabalho, que com frequência aparecem, fossem julgados por quem está neste domínio de interesse e não por um pesquisador PQ que não conhece de perto um domínio que ainda não tem pesquisadores incluídos no conjunto dos bolsistas PQ.

Bioética e Ética em Pesquisa

Este tema será abordado na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, em Brasília, de 25 a 28 de julho.

A proposta de realização desta conferência (CNCTIS) reconhece a necessidade de reorientar os rumos da Política Nacional de C&T em Saúde para reforçar o papel do Ministério da Saúde (MS) em sua construção e condução. Na elaboração de temas para discussões nas fases municipal e estadual (até final de junho), o documento central do evento embasa-se em ampla participação e consulta para identificação de lacunas e desafios reunidos em 20 propostas de prioridades para pesquisa. Dentre elas está a "Bioética e a Ética na Pesquisa".

Definindo Bioética conforme concepção da Unesco em 2001, o documento revela acurada percepção da relevância da pesquisa, do ensino e da formação de recursos em Bioética, traduzindo, mais uma vez, a consciência ética que se faz presente no MS, já há alguns anos. A importância da Bioética e da Ética na Pesquisa é apresentada com destaques que vão desde os aspectos teóricos epistemológicos às questões de demanda como a formação e educação em Bioética, passando pelos aspectos jurídicos; os problemas éticos persistentes em um país em desenvolvimento como o Brasil, tanto quanto os problemas emergen-

tes nas biotecnologias, biossegurança e meio ambiente (ficando subentendidas as questões moleculares e genéticas). Sem se esgotar nas questões éticas implícitas no avançar da tecnociência, o documento realça a importância de estudos sobre o fortalecimento do controle social nas pesquisas, citando, obviamente, o sistema Conep-CEPs.

Finalmente, as questões éticas na comunicação e na informação em saúde assim como as questões éticas relacionadas à saúde do idoso completam o elenco de proposta com uma visão de respeito à dignidade das pessoas que, sem dúvida, toda a sociedade brasileira deseja ver posta em prática.

A convocação para a 2ª CNCTIS está feita através Portaria Interministerial nº 453 de 17/3/2004 assinada conjuntamente pelos ministros da Saúde, da C&T e da Educação.

Este fato fortalece a expectativa de que, em futuro breve, não apenas o Ministério da Saúde estará comprometido com as questões da bioética e da ética na pesquisa mas também outros ministérios e órgãos de fomento à pesquisa. (Eliane S. Azevêdo, professora titular de Bioética da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia)

Isto é também importante porque sabemos que há, fora deste conjunto importante de pesquisadores, outros tantos que não entraram no sistema de bolsas PQ porque o sistema cresce muito lentamente, aquém da demanda qualificada, pelo menos na maior parte das áreas.

Veja que uma questão que tem vindo à tona junto com este esforço de fortalecimento salutar dos CAs é a da redivisão destes comitês. Isto pode de fato ser necessário. Mas muitas vezes estas demandas poderiam ser resolvidas se os processos a serem analisados fossem encaminhados a pessoas ligadas aos trabalhos.

E aqui não se trata só de pedidos de bolsa, trata-se, de modo mais significativo, de pedidos de auxílio à pesquisa que podem se dar em áreas nas quais não há pesquisadores PQ envolvidos. Assim os assessores tendem a responder, o que é absolutamente justificável, de sua posição. Deste modo, por alguma incompreensão derivada do fato de o assessor ser de fora do domínio específico do projeto, ele não reconhece a qualidade das questões, dos procedimentos que são outros, etc.

Ligada a este aspecto da responsabilidade de julgamento dos CAs e dos assessores *ad hoc*, seria extremamente salutar que se constituísse um conjunto de princípios, publicamente, que indicasse os casos em que os julgamentos não podem ser feitos em virtude de relações bem específicas entre o julgador e o trabalho julgado.

Estes princípios seriam de aplicação automática, de modo que ninguém seria chamado a decidir sobre se cabe ou não sua aplicação. Por outro lado, em todos os casos, as pessoas a quem se atribuiu a responsabilidade de julgar precisam ter a possibilidade de se dizerem impedidos por conflito de interesse.

Uma última coisa: não há dúvida que o fortalecimento dos CAs passa também por se constituir no CNPq uma estrutura de trabalho tal que haja condições de acompanhamento constante das questões da área do comitê.

E isto deve se fazer a partir da constituição de condições efetivas de gerenciamento contínuo, pelo comitê, das rotinas e dos eventuais problemas, assim como da relação dos interesses da área específica com os níveis superiores do CNPq, incluindo aí a Presidência da Instituição e seu Conselho Deliberativo.

* Professor titular de Semântica do Depto. de Linguística do IEL da Unicamp, membro do Conselho da Abralin, pesquisador 1 do CNPq; foi membro do CA de Letras e Linguística e presidente da Anpoll.

Plano de incentivo à pesquisa em saúde começa na Amazônia Legal

O Projeto Pesquisa para o SUS - Saúde Amazônia dispõe de R\$ 500 mil para financiar pelo menos dez projetos que contribuam para compreender e solucionar problemas de saúde na região. O Departamento de C&T (Decit) do Ministério da Saúde lançou, em 18 de junho, o respectivo edital de convocação.

Podem participar do projeto, instituições de pesquisa em saúde, públicas ou privadas, do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. A iniciativa busca aprimorar políticas públicas de saúde por meio do fomento a pesquisas voltadas para a Política Nacional de Saúde.

A escolha da Amazônia Legal como ponto de partida do projeto não foi por acaso. Historicamente, os estados da região têm indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento científico e tecnológico abaixo da média nacional. Assim, o governo também pretende reduzir a disparidade entre as regiões do país em relação aos recursos públicos para C&T. Além disso, os profissionais e instituições de ensino da Amazônia Legal não conseguem acompanhar o ritmo do resto do país em relação ao número de grupos e linhas de pesquisa em andamento, no campo da pesquisa em saúde.

"Esperamos fortalecer grupos de pesquisa em saúde que atuam nos cinco estados e promover o desenvolvimento científico e tecnológico nas instituições da região", disse Reinaldo Guimarães, diretor do Decit.

Amazônia Legal, criada em 1966, para fins de planejamento regional, abrange cerca de 61% do território nacional. É formada pelo Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e região oeste do Maranhão. Nela, vivem cerca de 21 milhões de pessoas, ou 12,4% da população do país.

Hoje, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados da Amazônia Legal está abaixo da média nacional (0,764). A exceção é o Mato Grosso, que tem indicador de 0,767.

O IDH é parâmetro mundial que usa critérios de educação, renda e longevidade para medir o nível de desenvolvimento de certo grupo populacional.

O baixo rendimento se reflete no quadro geral de saúde dos habitantes da região. Só 10,5% deles têm acesso a esgotamento sanitário e 53,6% a abastecimento de água. A média nacional para esses indicadores é de 47,24% e 77,82%, respectivamente. A taxa de mortalidade infantil — 36,4 casos por mil nascidos vivos — está também acima da média do país (31,8 por mil).

Isso é consequência não apenas de condições socioeconô-

micas precárias, mas também de inadequada assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido. A Amazônia Legal ainda supera o resto do país na incidência de doenças infecciosas e parasitárias, como malária, dengue e hanseníase.

Inscrições - As inscrições para o Projeto Pesquisa para o SUS - Saúde Amazônia devem ser feitas até 30 de julho no site <www.saude.gov.br/sctie/decit>.

O coordenador do trabalho deve possuir, no mínimo, o título de mestre e estar vinculado à instituição de execução do projeto. Os estudos devem estar relacionados a uma das sete linhas temáticas, definidas a partir de questões de saúde prioritárias na região.

São elas: Malária; Micobacterioses (tuberculose e hanseníase); Síndromes Febris Ictero-Hemorrágicas Agudas (febre amarela, dengue, hepatites virais, leptospirose); Avaliação de Programas e de Serviços em Saúde; Saúde e Ambiente em Espaços e Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade; Nutrição e Alimentação; Fitoterápicos.

As propostas serão analisadas em três etapas: enquadramento nas linhas temáticas propostas e demais requisitos do edital; análise de mérito técnico-científico; e homologação da seleção pela Comissão de Avaliação Final.

Os critérios para análise dos projetos incluem sua contribuição para consolidar princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), critérios gerenciais e financeiros, viabilidade da aplicação dos resultados da pesquisa e possibilidade de futuros dobramentos do estudo.

A data de divulgação dos projetos selecionados será definida ao terminarem as inscrições.

No início do 2º semestre, serão lançados outros editais nos demais estados, por meio das fundações de amparo à pesquisa (FAPs), para financiamento de projetos enquadrados na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, em todo o país.

A pesquisa em saúde figura entre uma das prioridades do atual governo para o setor.

Os investimentos para a área saltaram de R\$ 75 milhões, em 2003, para mais de R\$ 260 milhões este ano.

Brasília é capital da Ciência?

Isaac Roitman *

A comunidade científica do Distrito Federal, que insiste de forma heróica em continuar suas atividades de pesquisa, espera que os auxílios da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP/DF) ganhem uma alteração de escala, atingindo os níveis da Fapesp.

A ciência no Brasil foi institucionalizada com a criação do CNPq na década de 50.

Com a implantação da nova capital a sede do CNPq passou a ser em Brasília, a partir dos anos 60, e foram criadas instituições de ensino e pesquisa.

Hoje, a Universidade de Brasília (UnB) ocupa lugar de destaque na pesquisa científica e tecnológica em várias áreas do conhecimento e possui expressivo número de cursos de mestrados e doutorados — 50 mestrados e 29 doutorados.

A Embrapa, sobretudo seu centro de recursos genéticos (Cenargen), vem introduzindo produtos e tecnologia que têm contribuído para a expansão da produção agrícola brasileira.

A Universidade Católica de Brasília é uma instituição emergente na pesquisa e expande o seu sistema de pós-graduação.

Grupos de pesquisas do Ibama, do Instituto de Saúde do DF, apresentam também um promissor potencial para pesquisas na área ambiental e de saúde. Em Brasília, estão localizadas as sedes das mais importantes agências de fomento às atividades de C&T: CNPq e Capes e uma representação da Finep.

As comissões do Congresso Nacional discutem, permanentemente, a legislação destinada a promover o desenvolvimento da ciência no Brasil.

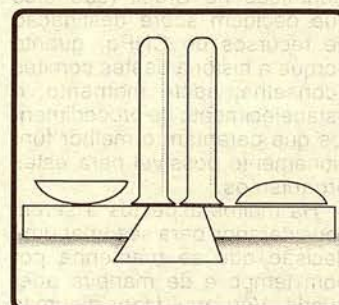
A cidade conta, durante todo o ano, com a presença de centenas de pesquisadores de todas as regiões do Brasil, como consultores do CNPq e Capes.

Esse cenário presume que Brasília seja uma cidade científica. Será que isso é realidade?

No passado, as agências federais de fomento — CNPq, Capes, Finep — desempenhavam papel importante no financiamento das pesquisas desenvolvidas em Brasília. Nos últimos anos, essas agências sofreram restrições orçamentárias e perderam esse papel, causando dificuldades para a continuação dos trabalhos de pesquisas no DF.

Apesar de recentes sinais de melhoria, essas agências não recuperaram ainda a importância que tiveram no passado.

Esse fato induziu a criação de fundações estaduais de amparo ou apoio à pesquisa. A criação da grande maioria delas teve ativa participação da SBPC, inclusive a da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), criada em 1992.



Em seu primeiro ano de vida, a FAP/DF investiu cerca de R\$ 9 milhões em projetos de pesquisa no DF. Nos últimos anos, a FAP/DF perdeu credibilidade, pois seus recursos praticamente deixaram de existir.

A FAP/DF lançou há pouco um edital em parceria com o CNPq: Programa Primeiros Projetos (PPP). Cada agência participará com R\$ 390 mil, com limite de R\$ 26 mil para cada projeto.

No entanto, o valor a ser aplicado pela FAP/DF é pequeno, comparado com os auxílios da Fapesp, principal responsável pela pujança científica do estado de SP, onde um único pesquisador pode receber financiamento no Programa de Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes, no valor total a ser disponibilizado pela FAP/DF no programa lançado.

O edital, porém, é uma luz no fundo do túnel, já que em 2003, ao contrário da maioria das fundações estaduais, a FAP/DF não participou em parceria com o CNPq do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex).

A comunidade científica do DF, que insiste de forma heróica em continuar suas atividades de pesquisa, espera que os auxílios da FAP/DF ganhem uma alteração de escala, alcançando os níveis da Fapesp.

Se isso acontecer, os pesquisadores do DF poderão ser parceiros de pesquisadores de outras regiões do país, colaborando para o desenvolvimento científico e tecnológico, fundamental à soberania da Nação.

A decisão está nas mãos do Governo do DF, para que possamos comemorar a eliminação do ponto de interrogação do título do presente artigo.

* Ex-decano de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB, atual secretário regional da SBPC/DF. Artigo reproduzido do *Correio Braziliense*, de 21/6.

Breves

Homenagem - Leandro Konder, filósofo e professor da PUC/RJ, recebeu em 15 de junho a Medalha Tiradentes, oferecida pela Assembleia Legislativa do RJ em reverência "a sua obra e coerência política". Konder é considerado um dos grandes divulgadores do marxismo no Brasil. "Marx até hoje é o meu interlocutor preferido", disse em entrevista a alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0007.htm).

Facitec - Lançado em 28 de junho o catálogo comemorativo dos 10 anos do Fundo de Apoio à C&T do município de Vitória (Facitec), pioneiro no país. Criado em dezembro de 1991 e regulamentado dois anos depois, o fundo já alocou mais de R\$ 4,3 milhões em 165 projetos de pesquisa, 99 bolsas (iniciação científica, extensão, mestrado, doutorado e pós-doutorado) e 70 eventos e publicações.

Tarso Genro - O ministro da Educação foi empossado como vice-presidente honorário da Academia Nacional de Medicina, em 17 de junho, no RJ. O convite foi feito pelo presidente da ANM, Pietro Novellino, em homenagem à medida adotada pelo MEC de frear a abertura de novos cursos de medicina por pelo menos seis meses.

Capes muda avaliação - Cursos de mestrado e doutorado passarão a ser avaliados, a partir de 12 de julho, por representantes de diferentes áreas do conhecimento. A intenção é aumentar o rigor e a confiabilidade dos resultados, além de tornar mais precisa a pontuação dos cursos avaliados. O calendário da avaliação e os critérios de cada área podem ser consultados no site da Capes: www.capes.gov.br.

Novo reitor na UFMG - A Chapa 1, com Paulo Speller e Elias Alves de Andrade, candidatos respectivamente a reitor e vice-reitor, foi a vencedora da consulta à comunidade universitária da Universidade Federal do Mato Grosso. Eles tiveram 5.824 votos contra 1.748 votos da Chapa 2, integrada por Lucirides Ferreira e Pedro Kaiser.

Observatório Nacional (ON) - Foi criado, em 8 de junho, o comitê de busca que ajudará o ministro da C&T, Eduardo Campos, na escolha do diretor do ON. Integram o comitê: João Evangelista Steiner, Luiz Carlos Moura Miranda, Carlos Alberto Dias, Mário Novello e João Alziro Herz Jornada.

Eleição na UFRGS - José Carlos Hennemann, atual vice-reitor, venceu a eleição para reitor da UFRGS, substituindo Wlana Panizzi. Sua chapa teve cerca de 60% dos votos, contra 30% da chapa de Philippe Oliver Alexandre Navaux e 10% da chapa de Walter Meucci Nique. Segundo acordo entre as três chapas, o voto dos professores teve peso 40, em vez de 70, e de alunos e técnicos, peso 30 cada, em vez de 15.

Agência Espacial Colombiana - O governo da Colômbia promoveu em 24 e 25 de junho o seminário "A experiência aeroespacial latino-americana", tendo em vista criar sua própria agência. Participaram do encontro o presidente da Agência Espacial Brasileira, Luiz Bevilacqua, e seu assessor de Cooperação Internacional, Carlos Campelo. Também presentes representantes da Argentina, Chile, Peru e da Agência Espacial Europeia.

VAI ACONTECER

Tome Ciência - Programa de TV, patrocínio do Instituto Ciência Hoje e SBPC, apoio da Finep. Semana de 5 a 11 de julho, Energia nuclear, um caso de vida ou morte. Semana 12 a 18 de julho, *Programa de índio: resgate cultural*. STV (Net, Sky, DirectTV e Tecsat). 2ª feira, 23h; 3ª, 13h; 4ª, 19:30h; 5ª, 6:30h; 6ª, 17h, Sábado, 15:30h e Domingo, 24h. Site: www.tomeciencia.com.br

Ciência às Seis e Meia - Realização da SBPC/RJ, com apoio da Finep, sempre às 18:30h. Dia 7/7, Em quantas dimensões vivemos?, com Jorge Zanelli (Centro de Estudos Científicos. Valdivia. Chile). Dia 11/8, Música e matemática: um dueto afinado, com José Paulo Q. Carneiro (Matemática/Uerj). Local: Espaço Cultural Finep, RJ. Mais informações no site: www.finep.gov.br/espaco_cultural/ciencia_seis_meia.asp

56ª Reunião Anual da SBPC - De 18 a 23/7, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), MT. Site: www.sbpnet.org.br

XXIV Congresso Internacional de Pesquisa em Comunicação da IAMCR - De 25 a 30/7, Faculdade de Comunicação Social da PUC/RS, RS. Informações pelo site: www.pucrs.br/famccs/iamcr

15º International Congress on Animal Reproduction - De 8 a 12/8, Porto Seguro, BA. E-mail: icar2004@cbra.org.br; Site: www.cbra.org.br/icar2004

4ª Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto no Âmbito do Mercosul - 'Um novo desafio na Educação: preparar o cidadão do Século 21' - De 11 a 13/8, Unisinos, São Leopoldo, RS. Fone: (12) 3945-6862. Fax: (12) 3945-6870.

4ª Mostra do Talento Científico - GIS Brasil 2004 - De 17 a 20/8, Palácio de Convenções do Anhembi, SP, paralelamente ao Comdex IT Brasil 2004. Site: www.gisbrasil.com.br

VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia - I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos - De 23 a 27/8, Instituto de Letras, Uerj. Fone: (21) 2569-0276. E-mail: pereira@uerj.br; Site: www.filologia.org.br/viiiicnl

XII Congresso da Federação Internacional das Associações de Estudos Clássicos - De 23 a 28/8, Ouro Preto, MG. Fone: (31) 3499-5132. E-mail: [fiiec2004@yahoo.com.br](mailto:fiec2004@yahoo.com.br); Site: www.fiec2004.ufmg.br

Workshop on Quantum Computing - De 30/8 a 3/9, Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC) da UnB, DF. Fone: (61) 307-2569. Fax: 307-1771. E-mail: iccmpev@unb.br

II Encontro Internacional de Filosofia e Educação e II Fórum do Sudeste de Ensino de Filosofia - De 9 a 11/9, Uerj, RJ. E-mails: socrates@uerj.br; Site: www2.uerj.br/~socrates

BioEd 2004: Biologia, Desenvolvimento Sustentável, Ética e Cidadania - De 13 a 18/9, RJ. Mais informações no site: www.fiocruz.br/bioed/index_pt.html

II Congresso Mundial de Educação Ambiental - De 15 a 18/9, Hotel Glória, RJ. Mais informações pelo e-mail: 2weec@fiocruz.br; Site: www.fiocruz.br/2weec

Congresso Brasileiro de C&T em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável - De 17 a 20/9, Florianópolis, SC. Mais informações pelo fone (11) 3865-5354 ou no site: www.ictr.org.br

XIII Congresso Brasileiro de Parasitologia Veterinária e I Simpósio Latino-Americano de Rickettsiones - De 20 a 24/9, Ouro Preto, MG. Site: www.cbpv.org.br

Simpósio Internacional sobre Alta Pressão Hidrostática em Biociência e Biotecnologia - De 24 a 30/9, RJ. Mais informações no site: www.bioqmed.ufrj.br/hpbb2004

8º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico - De 24 a 27/10, Salvador, BA. Promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC). Mais informações no site da ABJC: www.abjc.org.br

V Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais - De 25 a 28/10, Curitiba, PR. E-mail: cbasf@cnpf.embrapa.br; Site: www.cnpf.embrapa.br

XXIV Reunião Anual de Psicologia - De 26 a 29/10, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP/Ribeirão Preto, SP. Fone/fax: (16) 625-9366. E-mail: sbp@sbponline.org.br; Site: www.sbponline.org.br

2º Simpósio Internacional sobre Gerenciamento de Resíduos nas Universidades - De 3 a 5/11, Santa Maria, RS. Mais informações no site: www.ufsm.br/isrmu

Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração e Reunião da Rede Internacional de Estudos do Programa América Latina em Diálogo Intercultural - De 8 a 12/11, Santa Maria, RS. E-mail: america@mail.ufsm.br; Site: www.ufsm.br/america

I Latin American Protein Society Meeting - De 8 a 12/11, Angra dos Reis, RJ. O número de participantes é restrito a 400. Inscrições e submissão de resumos de trabalhos são feitas no site do LNLS: www.lnls.br/lapsm

2º Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - De 10 a 12/11, Aracaju, SE. Site: srgsr.cpatc.embrapa.br

Concurso

Professor-Adjunto - Inscrições até 23/7, Escola de Engenharia da UFMG. Área: Sistemas de transporte e logística. Fone: (31) 3238-1790. **Pesquisador-Adjunto** - Inscrições de 6/7 a 4/8, Museu Paraense Emílio Goeldi. Áreas: hidrogeológica, sistemática, biogeografia, ecologia e evolução das aves e desenvolvimento regional (uma vaga para cada área). Site: www.museu-goeldi.br

Livros & Revistas

Repensando a Universidade, organização de H. Moysés Nussenzveig. Transcrição das conferências e debates promovidos, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, durante o ano de 1998, pela Copea (Coordenação de Programas de Estudos Avançados da UFRJ) sobre questões relativas à Universidade pública brasileira no contexto do Manifesto de Angra dos Reis — "Por uma reforma urgente para salvar a Universidade pública brasileira". Editora UFRJ/Copea, 2004. Site: www.editora.ufrj.br

À Paz Perpétua de Kant — Filosofia do direito internacional e das relações internacionais, de Soraya Nour, doutora em direito pela USP, que hoje faz pós-doutorado na Universidade de Frankfurt, Alemanha. Tenta responder à pergunta: O que Kant tem a nos dizer hoje? Soraya escreve que "Kant apresentou as condições de possibilidade da paz; sua realização hoje depende da explicitação das condições de luta contra as relações hegemônicas que a destroem". Martins Fontes Editora, 2004. E-mail: info@martinsfontes.com.br

Francesco Guicciardini - O Renascimento da História, de Sylvia Ewel Lenz. A autora mostra o pensamento do político e historiador italiano Guicciardini (1483-1540), contemporâneo de Nicolau Maquiavel, e cuja produção diferenciou-se por não incorporar juízos religiosos à perspectiva de abordagem adotada em sua época. Editoras da Universidade Estadual de Londrina. Site: www.uel.br/editora

Responsabilidade e Julgamento, de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa e cientista política alemã, que, com a ascensão de Hitler, foi para a França e depois para os EUA. Livro de ensaios sobre o que a autora chama "banalidade do mal" — a recusa e a incapacidade crescentes das sociedades contemporâneas de pensarem e julgarem por conta própria, bem como de assumirem responsabilidades políticas e pessoais através de suas próprias ações. Arendt escreveu: "Não existe obediência em questões políticas e morais." Tradução excelente de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras, 2004. Fone: (11) 3707-3500.

Revista Philologus, ano 10, nº28, jan-abr/2004. A publicação do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (Cifefil) apresenta nesta edição nove artigos e duas resenhas de pesquisadores nacionais nas áreas de Filologia e Linguística. Site: www.filologia.org.br/revista

Antigüidade como meio de analisar o mundo atual

"Vale a pena ver o filme 'Tróia' para pensar mais no presente que no passado", diz Neyde Theml, professora de História Antiga da UFRJ. A seu ver, o diretor Wolfgang Petersen optou por retratar a "guerra pela guerra", para aproximar o choque entre gregos e troianos — que Homero retratou no séc. XIII a.C. — dos conflitos atuais entre Ocidente e Oriente. Mas, para André Malta Campos, da USP, o filme deturpa muitas coisas. *Por Daniela Oliveira*

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 2 DE JULHO DE 2004 • ANO XVIII Nº 532

Neyde Theml considera que a película faz uma leitura que serve como referência atual sobre a guerra entre Oriente e Ocidente e as hegemonias dos grandes impérios.

"Para estudar a guerra de hoje no Oriente, 'Tróia' é boa fonte, por tratar dos temas da globalização e do domínio de um povo sobre o outro. Você vê a união dos gregos em torno de um rei que quer ocupar e dominar o mercado de Tróia. Não é mais a Helena, a honra, mas, sim, o domínio do mercado que está em jogo", argumenta.

Ela vai além: "Agamemnon é claramente um retrato do presidente americano George Bush", afirma a historiadora sobre o rei de Micenas, que, em nome da honra do irmão Menelau, reúne as forças dos reinos gregos para resgatar Helena. "É aquele que não quer saber de nada, que todo mundo diz 'Pare!' e ele continua", observa Neyde.

Fábio de Souza Lessa, professor adjunto de História Antiga da UFRJ, concorda: "O diretor do filme se apropria do conteúdo da Guerra de Tróia para ler o mundo de hoje". Ele também vê semelhanças entre o Agamemnon do filme e o presidente norte-americano. "Já no início do filme um texto em *off* coloca Agamemnon como líder de um império. É justamente a aproximação entre passado e presente", afirma.

Os professores da UFRJ consideram que o filme preserva bem o que chamam de uma "tendência de Homero pelo Oriente", na qual os heróis troianos têm um caráter impecável, de valentia, com exceção de Paris, o primogênito do rei Príamo.

"Como herói, Paris foi cortado pelo cineasta. Ele é um herói do amor, da poesia, da paz, e o diretor o apresentou como um covarde. Essa é também uma leitura de hoje, pela qual quem quer a paz é um covarde", interpreta Neyde Theml.

Mudanças geram polêmica - Mesmo antes do lançamento de "Tróia", muito se discutiu sobre as intervenções do diretor na obra de Homero. Para André Malta Campos, professor de Língua e Literatura Grega da USP, um dos grandes problemas foi a intenção do diretor de abranger as principais ações da Guerra de Tróia, mesmo as que Homero deixa na sombra, mas que a mitologia consagrou, como o rapto de Helena, o cavalo de madeira e o calcanhar de Aquiles.

"A ação da 'Ilíada' é bastante

restrita, e Aristóteles já havia notado a qualidade que o poema alcança em função disso, dessa concentração dramática.

O que fez o roteirista? Decidiu mostrar, em sequência, todos os episódios da guerra, do princípio ao fim, amontoando em quase três horas o que Homero sabiamente não amontou nem mesmo em quase dezesseis mil versos, e reduzindo uma década de guerra — com tudo que esse tempo implica — a uns poucos dias", salienta André.



Ele destaca outras mudanças extremas na obra de Homero, por ele apontadas como "erros graves": a romantização do amor entre Helena e Páris; a invenção de um amor, também romântico, entre Aquiles e Briseida (no poema, uma escrava sua, prêmio de guerra); a caracterização caricata de personagens como Pátroclo e Ajax; e a modificação dos destinos de Menelau e do "vilão" (outra caricatura) Agamemnon — que sobrevive à guerra no mito, mas morre no filme.

"Achei o filme ruim, mas não porque tomou uma série de liberdades em relação à 'Ilíada'. O filme, na verdade, não é uma adaptação fiel da 'Ilíada', e isso não é um problema em si. O problema é que as escolhas me pareceram infelizes", diz o professor da USP.

Já na opinião de Fábio Lessa, as intervenções do diretor não comprometem a qualidade de "Tróia". "O filme é um produto que

vai ser consumido, com uma série de regras e leis comerciais que não se tem como fugir. Alguns alunos foram ao cinema com a idéia de que iriam ver a 'Ilíada'. É claro que não, mas o importante é despertar a curiosidade em torno da obra e a vontade de conhecê-la melhor".

André Malta Campos lembra ainda a dificuldade de se contextualizar historicamente a Guerra de Tróia. "A poesia homérica, por ter se desenvolvido coletiva e oralmente, sem o recurso da escrita, traz características de momentos diversos da história grega, e, portanto, não pode ser tomada como retrato indireto de nenhum período, ainda que se enraíze na época micênica. Uma guerra por razões econômicas, como quer o filme (mas não Homero) é muito mais provável do que uma batalha por razões de honra. Agora, se o evento da guerra é de algum modo fundado na história, não é possível saber", considera.

Mast: Luiz Cruls é tema de mostra

A exposição temporária "Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil" está em cartaz no Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), no RJ, e depois deve percorrer o país.

A exposição pretende resgatar e divulgar a biografia ainda pouco conhecida deste engenheiro e astrônomo brasileiro que viveu entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Cruls, na verdade, nasceu na Bélgica, mas veio para cá cedo e logo se naturalizou brasileiro.

Uma das primeiras comissões científicas das quais participou no Brasil foi a chamada Comissão da Carta Geral do Império do Brasil, encarregada da elaboração de um mapa do território que pudesse ser exibido no evento comemorativo do centenário da independência dos EUA, a Exposição Internacional da Filadélfia.

Em 1884, representou o Brasil em evento internacional de grande magnitude, a Conferência onde ficou definido o único meridiano de referência para as longitudes e os fusos horários de todas as nações, o meridiano de Greenwich.

Durante quase 30 anos, Cruls chefiou as comissões às quais foi atribuída a tarefa de escolher, demarcar e explorar a região do Planalto Central onde deveria ser construída a nova capital do país, conforme previsto na primeira Constituição republicana.

Na exposição inaugurada pelo Mast, serão lembradas essas e outras atividades realizadas pelo astrônomo. Para resgatar e contar sua história, foram utilizados documentos dos mais variados tipos, além de um sem-número de fotografias e alguns instrumentos científicos utilizados por Cruls no seu trabalho.

A maior parte desta documentação foi recentemente doada ao Mast pelos familiares do cientista, e após receber tratamento e acondicionamento adequados ficará disponível para consulta de todos os interessados. Os instrumentos científicos expostos estão sob a guarda do Mast há mais tempo.

O visitante terá a oportunidade, através da correspondência de Cruls, de se deparar com alguns contemporâneos e amigos que se tornaram mais conhecidos do que ele, como Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, e observar como ajudaram a construir a agitada história política e social do Brasil durante as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Local - O Mast fica na Rua General Bruce, 586, RJ. Fone: (21) 2580-7010. (*Dados da Assessoria de Comunicação do Mast*)

Deuses fora de foco - Para Neyde Theml, uma grande perda veio com a opção do diretor de mostrar uma guerra apenas entre os homens, sem a intervenção dos deuses. "Homero, além da guerra pela guerra de Agamemnon, coloca todo um mundo religioso e mítico ao lado dos heróis. Afrodite, por exemplo, está sempre com Paris. Ele não fugiu se arrastando até o irmão Heitor, quando ferido por Menelau, e, sim, foi protegido por Afrodite, desaparecendo numa nuvem rosa — assim como os deuses protegeram o tempo todo o rosto de Heitor para ele não perder sua identidade após a morte. Isso poderia aparecer no filme, a magia que envolvia aqueles heróis", entende a historiadora.

Embora concorde com a não inclusão dos deuses no filme, André questiona alguns pontos, como a presença de Tétis, a mãe deusa de Aquiles, a seu ver retratada de modo inadequado ("uma senhora com ares de louca, o que confirma a dificuldade de mostrar os deuses na tela").

Para ele, houve ainda total deturpação em relação à religiosidade de gregos e troianos, "a ponto de Aquiles ser implicitamente louvado por agredir a imagem de Apolo e desprezar as divindades".

"O filme, infelizmente, faz opções erradas e não enriquece nossa compreensão do poema de Homero, do pensamento arcaico grego e a nosso próprio respeito, hoje", conclui André.